

Público

14-09-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 657 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 60

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Há um silêncio podre na justiça portuguesa

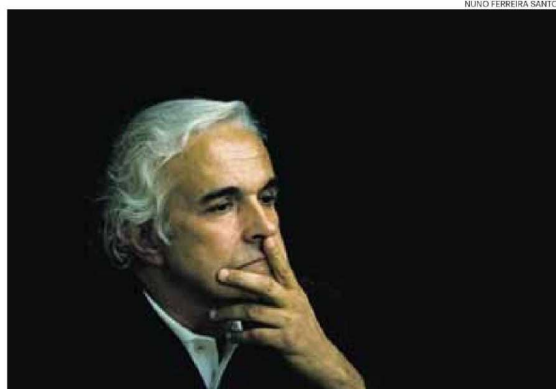


João Miguel Tavares

O cumprimento da lei é uma exigência de qualquer sociedade civilizada, e ela foi criada para que as paixões dos homens tivessem algum controlo. Nenhum de nós gostaria de ficar dependente do humor e do livre arbítrio das autoridades que a cada momento tivessem o poder de nos condenar e castigar. Mas as leis evoluem, não são dogmas imutáveis: elas regulam a nossa vida e tentam responder às exigências morais e éticas da sociedade, que se vão alterando com o tempo. Isto significa que a lei tem de ser cumprida, mas ela não pode ser cega aos princípios que a sustentam, até porque muitas vezes fica aquém (ou vai além) daquilo que a sociedade exige. Nesses casos, é preciso mudar a lei; é preciso que se ouçam vozes a criticá-la; e é preciso que quem a aplica não viva numa bolha, alheio a tudo o que está à sua volta.

O silêncio fétido da justiça portuguesa em torno do caso do juiz Rui Rangel demonstra que há demasiada gente a colocar a forma da lei à frente dos princípios que é suposto defender. Há exceções, mas são muito poucas. Não sei se é por corporativismo, por cobardia, por mentalidade legalista e burocrática ou por indiferença existencial – o que sei é que os homens justos que certamente existem e trabalham nos tribunais portugueses têm de tomar posição perante um caso como este, em que juizes com indícios fortes de terem sido corrompidos andam pelos tribunais a analisar casos de corrupção como se nada fosse, provocando danos catastróficos na confiança dos portugueses numa das poucas instituições nacionais que ainda mantém uma réstia de prestígio. A justiça portuguesa tem fama de ser lenta e de ser corporativa. Mas não tem, até hoje, fama de ser corrupta. Não percebo por que é que o Tribunal da Relação de Lisboa se está a esforçar tanto por a ganhar.

O presidente da Relação de Lisboa, Orlando Nascimento, enviou ao PÚBLICO o número dos processos atribuídos a Rui Rangel nas últimas duas distribuições (louve-se a transparência) e



NUNO FERREIRA SANTOS

“
Por que é que Orlando Nascimento não colocou Rui Rangel numa das secções cíveis do tribunal, afastando-o das criminais?”

declarou à Rádio Renascença que “o quadro legal garante a independência e imparcialidade do juiz”, na medida em que é para isso que servem os incidentes de recusa e de suspeição. Pura conversa legalista. Infelizmente, esqueceu-se de explicar o mais importante: ainda que não pudesse opor-se ao regresso de Rui Rangel, por se ter esgotado o prazo da suspensão preventiva, por que é que ele não o colocou numa das secções cíveis do tribunal, afastando-o das criminais? Apesar de tudo, não é a mesma coisa estar

a analisar conflitos de condomínio ou casos de corrupção. Será que Orlando Nascimento não o podia ter feito?

A verdade é que o presidente da Relação do Porto fê-lo. Lembram-se do juiz Neto de Moura e da sua relação atribulada com a violência doméstica? No início do ano, o presidente do Tribunal da Relação do Porto, Nuno Ataíde das Neves, decidiu colocar Neto de Moura numa secção cível, onde não terá de avaliar casos de violência doméstica. Justificação do presidente: “O objectivo desta medida foi preservar a confiança dos cidadãos”, já que “perante a avalanche de protestos e ataques, era o próprio sistema de justiça que ficava em causa”. Está dito e bem dito. Pergunto: porque é que Orlando Nascimento não fez o mesmo? Só há três opções. 1) Tinha saudades de Rui Rangel e está contente por o ter de volta. 2) As leis em Lisboa não são iguais às do Porto. 3) Faltou-lhe uma “avalanche de protestos”. Eu voto 3). Este silêncio podre protege a passividade de quem não quer decidir.

Jornalista
jmtavares@outlook.com